


## OBJETIVO DO PROCESSO

- Verificar a regularidade da execução financeira da Transferência Voluntária

PARTES INTERESSADAS	FORNECEDORES	EXECUTORES	UNIDADES ENVOLVIDAS	CLIENTES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério do Turismo</li> <li>- Órgãos de Controle</li> <li>- Convenentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tecnologia;</li> <li>- MGI – Transfere Gov; SEI;</li> <li>- STN – Siafi</li> <li>- DTI - PGtur</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CGTV</li> <li>- COTCE</li> <li>- COAPC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CGTV – Transferências Voluntárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Áreas finalísticas do MTUR</li> </ul>

ENTRADAS	PROCESSO	SAÍDAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solicitação de análise para verificação do aceite licitatório;</li> <li>- Solicitação de análise financeira</li> <li>- Parecer técnico final elaborado pelas Áreas Finalísticas.</li> <li>- Deliberação sobre resultado final da PC (Sem possibilidade de recurso ou Recurso não apresentado)</li> </ul>	 <p><b>REALIZAR ANÁLISE FINANCEIRA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise financeira para liberação do recurso elaborada</li> <li>- Parecer financeiro sobre a prestação de contas de convênio elaborado</li> <li>- TCE instaurada</li> <li>- Devedor registrado no CADIN</li> </ul>

REALIZAR ANÁLISE FINANCEIRA	SUBPROCESSO INSTAURAR TCE / CADIN
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar Processo licitatório</li> <li>- Execução Financeira da Transferência Voluntária</li> <li>- Realizar análise financeira da prestação de contas</li> <li>- Encerrar análises de PC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conferir documentação do processo</li> <li>- Instruir o processo</li> <li>- Registrar débito no e-TCE</li> <li>- Seguir deliberações do TCU</li> </ul>

LEIS, REGRAS E NORMAS	FERRAMENTAS E SISTEMAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;</li> <li>- Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023;</li> <li>- Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023;</li> <li>- Portaria MTur nº 40, de 23 de novembro de 2023;</li> <li>- Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;</li> <li>- Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 - (Lei do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SEI</li> <li>- TRANSFERE GOV</li> <li>- PGTUR – sem continuidade no desenvolvimento</li> <li>- SIAFI</li> <li>- CADIN</li> </ul>